

Exercícios de memória e imaginação como impulso para a justiça social

Memory and imagination exercises as a drive for social justice

Ejercicios de memoria e imaginación como impulso para la justicia social

Ana Paula Goulart RIBEIRO¹
Izamara Bastos MACHADO²
Rachel BERTOL³

O ano de 2026 mal havia começado e a notícia da invasão da Venezuela pelos EUA, em 3 de janeiro, seguida do sequestro e da prisão do presidente Nicolás Maduro, causou impacto ao modificar as perspectivas políticas para o novo ano. Em suas primeiras declarações a respeito, no mesmo dia, o presidente norte-americano Donald Trump não hesitou em recorrer a seu slogan *Maga*: seu objetivo, como disse, era “make Venezuela great again”. Ora, essa justificativa é mais um – e relevante – sintoma de como a memória se encontra em jogo em processos centrais de nossa contemporaneidade. Trata-se de uma perspectiva nostálgica conservadora que tem embalado projetos nacionalistas de extrema direita mundo afora.

O episódio só reforça e confirma a importância dos estudos de memória na atualidade, e o Dossiê Comunicação e Memória, cuja segunda parte chega agora aos

¹ Professora titular na Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e no corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura (PPGCOM-UFRJ). Bolsista de Produtividade do CNPq. E-mail: goulartap@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9341-4629>.

² Professora permanente do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Informação e Comunicação em Saúde (PPGICS) e pesquisadora no Laboratório de Pesquisa em Comunicação e Saúde (LACES), ambos do Instituto de Comunicação e Informação Científica e Tecnológica em Saúde (IciCT) da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). E-mail: izamara.bastos@fiocruz.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4051-1804>.

³ Professora no Departamento de Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF) e no corpo permanente do Programa de Pós-Graduação em Mídia e Cotidiano (PPGMC-UFF). Pesquisadora Faperj. E-mail: rachelbertol@id.uff.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-8411-4002>.



leitores da Revista Mídia e Cotidiano, demonstra a vitalidade desse campo no Brasil. Se a memória pode ser arma conservadora, é preciso compreendê-la para que seja possível empreender políticas progressistas de memória, a fim de propiciar a transformação e a justiça social.

Cabe destacar que diante do grande número de textos submetidos ao dossiê, os desafios de seleção dos manuscritos para a composição das duas edições foram enormes. Desta forma, deixamos publicamente nossos agradecimentos a todas as autoras e autores que nos encaminharam seus escritos. Não podemos, ainda, deixar de agradecer a colaboração dos pareceristas, cujo trabalho fundamental deve sempre ser louvado, e a diligente equipe da Revista Mídia e Cotidiano, pelo apoio constante que recebemos.

Dando seguimento aos debates do primeiro número, os artigos selecionados para compor esta edição apresentam assuntos diversos, exemplares de como a memória é uma questão transversal na sociedade. Investigá-la nos leva, por exemplo, a questionar esquecimentos naturalizados em nosso cotidiano, mas cujas pesquisas demonstram serem fruto de projetos políticos e trabalhos de memória de longo e profundo alcance social. É o caso do texto *Colonialidades brasileiras em revista: esquecimentos de gênero e raça nas páginas de Trip*, de Wigde Arcângelo da Silva e Frederico de Mello Brandão Tavares, sobre como a publicação “aciona corpos imaginários do colonialismo, intrinsecamente ligados a projetos nacionais acerca de raça e gênero, reforçando esquecimentos e hierarquias sociais”. O artigo demonstra como perspectivas racistas e machistas, associadas a projetos de nacionalidade construídos desde o período colonial, moldaram escolhas editoriais ao longo do tempo, isso apesar de a revista se associar a um perfil de leitor mais jovem e descolado.

A relação da construção da nacionalidade com a memória também se faz presente no artigo *Patu (não) é Auschwitz: políticas de memória para (des)aparecer um acontecimento*, de Daniel Macêdo, que tem como uma base outra pesquisa de fôlego, esta sobre os campos de confinamento – ou “campos de concentração” – que o governo brasileiro criou no Ceará nos anos 1930 para reter sertanejos que fugiam da seca e paralisar o fluxo migratório. Macêdo apresenta os diferentes esforços e estratégias que têm sido empreendidos nas últimas décadas para impedir o esquecimento dos assassinatos e das brutalidades cometidos nesses locais. Embora sejam anteriores ao nazismo, as narrativas a que se recorre, seja nas mídias ou em projetos específicos, com impacto público, costumam fazer menção a campos de



concentração como o de Auschwitz, o que por um lado desperta interesse, mas muitas vezes acaba gerando, contraditoriamente, o esquecimento das especificidades do caso brasileiro.

Para que possam se desenvolver, as políticas de memória precisam em geral recorrer a arquivos, que por sua vez possuem políticas próprias de acesso e seleção. Essa questão é debatida no artigo *Arquivar um levante: Imagem, Memória e Conflito em Pernambuco*, em que os autores Marcela Barbosa Lins e Guilherme Figueredo Benzaquen analisam as imagens de levantes nos arquivos do Museu da Cidade do Recife e da Fundação Joaquim Nabuco. Como propõe Achille Mbembe (2002), lembrado no texto, qualquer arquivo é constituído por faltas fundamentais e o artigo analisou os sentidos das presenças e das ausências das imagens de diferentes levantes nesses dois espaços institucionais. O fato de as câmeras fotográficas passarem a ter o acesso cada vez mais democratizado a partir de meados do século passado contribuiu, segundo o artigo, para um registro mais frequentes de levantes, embora esse processo tenha sofrido uma inflexão durante o período da ditadura militar (1964-1985). O estudo convoca autores como Ariella Azoulay (2019), Georges Didi-Huberman (2017) e Silvia Rivera Cusicanqui (2018), para “problematizar o papel das imagens nos regimes de poder”. Sendo fruto de uma pesquisa intitulada *Rastros e Levantes em Pernambuco*, cuja pergunta central é: “de que maneira os conflitos políticos da história pernambucana são apresentados nas imagens preservadas nos acervos locais?”, os autores apresentam uma importante discussão sobre o lugar do arquivo e do contra-arquivo.

Os dilemas em torno do arquivo surgem também em *Memória do Fantástico: a construção de passado, presente e futuro nos 50 anos do Fantástico*, de Fernanda Mauricio da Silva, Julia Alvarenga e Jussara Peixoto Maia. O texto discute a efeméride do aniversário do programa dominical da Globo, observando como a emissora busca construir sentidos memoráveis para si, a partir inclusive das lacunas do seu arquivo. A pesquisa entrelaça a discussão sobre a efeméride como agente de memória com o debate sobre as potencialidades do arquivo, inclusive as políticas de acesso disponíveis no país, que privilegiam acervos privados, muitas vezes de difícil consulta, destacando o posicionamento estratégico da Globo para contar sua própria história.

As estratégias da Globo para a elaboração da memória também são discutidas no artigo *Relicário digital televisivo: as telenovelas no Globoplay e a gestão da memória audiovisual brasileira*, de Mayka Castellano e Melina Meimaridis. A partir



do conceito de “relicários digitais televisivos”, o artigo discute como o Globoplay institucionaliza, por meio do *streaming*, práticas nostálgicas de colecionismo, sobretudo no que se refere às telenovelas. Se essa dinâmica amplia o acesso ao patrimônio televisivo, segundo as autoras, por outro lado evidencia a subordinação a estratégias privadas de acesso, na medida em que faltam no país políticas públicas para preservação do audiovisual.

A força das telenovelas para a construção da memória social no país é discutida no artigo *Garota do Momento: telenovela, memória e fabulação do passado*, de Juliana Tillmann e Gêsa Cavalcanti. Ambientada em 1958, a telenovela *Garota do Momento*, exibida pela Rede Globo entre 2024 e 2025, é centrada na personagem Beatriz, uma professora que, na trama, se torna garota-propaganda de uma famosa marca de sabonetes e também a primeira protagonista negra de uma telenovela no país. A partir da noção de imaginação histórica contrafactual, o artigo discute como a telenovela tem força para projetar um passado alternativo a partir do protagonismo negro. Trata-se de abrir novas possibilidades de visibilidade para mulheres negras na mídia, por meio do trabalho da imaginação.

O exercício da imaginação mnemônica também é evidenciado no artigo *Memória e trauma, desaparecimento político e resistência: as disputas de sentido sobre a ditadura civil-militar brasileira no filme Ainda Estou Aqui (2024)*, de Igor Lacerda. O autor se inspira na perspectiva da tríplice mimese da narrativa, conceito de Paul Ricoeur, para analisar como a memória é quase um personagem que guia o roteiro e a recepção do filme, dirigido por Walter Salles. O debate sobre a memória da ditadura vem ganhando força por meio do cinema, algo reforçado em 2025 pelo filme *O Agente Secreto*, de Kleber Mendonça Filho, que também vem realizando uma relevante trajetória de premiações internacionais. Como destaca Pollak (1989, p. 9), citado no artigo, “o filme-testemunho e documentário se tornou um instrumento poderoso para os rearranjos sucessivos da memória coletiva”.

Encerrando o Dossiê Comunicação e Memória, os autores Andrea Cristina Santos e Jonatas Pereira do Nascimento Rosa, com o artigo *A Memória como um critério de noticiabilidade*, convocam os leitores à reflexão acerca de como a memória se torna um critério de noticiabilidade nas produções jornalísticas. Os autores propõem, a partir de uma abordagem da história da comunicação, analisar materialidades jornalísticas percebendo como acontecimentos memoráveis e/ou fontes documentais, assim como histórias de vida, podem ser acionados para compor



a memória como critério de noticiabilidade. Para a realização das análises apresentadas, Santos e Rosa esclarecem que o *corpus* foi definido a partir de investigações desenvolvidas no Grupo de Pesquisa Educação, Sociedade e Desenvolvimento, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB).

Para abrir a seção livre, o artigo *Enquadrando plataformas e produtores de desinformação: análise das ações julgadas pelo TSE nas eleições presidenciais de 2022*, de Renatha Giordani e Carlos Locatelli fala sobre a participação das plataformas digitais, notadamente sites de redes sociais e as interações realizadas nelas, na estruturação da comunicação política nas eleições presidenciais de 2022 no Brasil. Analisando processos judiciais e os conteúdos, os autores trouxeram os sentidos pretendidos pelas publicações e as decisões dos Tribunal Superior Eleitoral para falar sobre o ecossistema político, jurídico e informacional no contexto das eleições de 2022, compreendendo as redes sociais digitais como um campo de disputa informacional. Desse modo, o ensaio empírico traz, através das onze ações analisadas, dados importantes para a compreensão da ameaça à democracia presente na propagação da desinformação.

Na sequência, em *Prática Transmídia como Estratégia de Projetar Mundos como Plataformas*, os autores Dario Mesquita, Sérgio Nesteriuk e João Massarolo focalizam na prática transmídia como um dispositivo possível de construção de mundos, a partir da perspectiva de experiências participativas multiplataformas. Para tanto, utilizam uma revisão bibliográfica e defendem a ideia de que mundos projetados por mídias e plataformas funcionam através de propriedades abstratas que dialogam com o nosso cotidiano, criando, assim, relações de acessibilidade junto ao público.

Em *O discurso da menopausa na sociedade platformizada: pelo reconhecimento das experiências sexo-gênero dissidentes*, César Augusto Sampaio e Larissa Maués Pelúcio Silva questionam o discurso da mídia sobre a menopausa no contexto da sociedade platformizada. A partir da perspectiva de Nancy Fraser, os autores reivindicam a necessidade do reconhecimento das múltiplas experiências dessa fase da vida, além da feminilidade heterocisnormativa em que os sintomas são medicalizados e mercantilizados. O estudo conclui que mesmo os agrupamentos de Ginecologia Natural, que questionam a patologização e mercantilização dos processos fisiológicos da menopausa, costumam reproduzir visões biologicamente centradas na diferença sexual, limitando a inclusão de pessoas sexo-gênero dissidentes na discussão do tema.



No artigo *Suplemento para quem?: um panorama do Suplemento Literário de Diretrizes*, Joëlle Rouchou e Yuri Barbosa Resende examinam o conteúdo e o corpo de colaboradores do suplemento literário e propõem uma reflexão sobre os ganhos (não financeiros) obtidos pelo editor com essa iniciativa. Analisam ainda como a composição desse produto editorial reflete o estabelecimento de redes de sociabilidade em torno do periódico, que existiu entre os anos de 1938 e 1944. Os autores constataam que o *Suplemento* operava a partir de uma dinâmica baseada no tripé jornalista-escriptor-editor, a qual ensejava oportunidades e reflexões aos intelectuais que compunham a redação.

E, finalmente, fechando essa edição, temos a entrevista com a presidente da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Denise Pires de Carvalho, realizada por Victor Henrique Justino França. Carvalho, professora titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) foi a primeira reitora mulher dessa universidade (2013-2019) e abordou nessa conversa com a Mídia e Cotidiano, temas centrais para a governança da ciência no Brasil, inclusive os desafios estruturais de gênero e o silenciamento feminino em posições de poder. Também conversou sobre a reformulação do sistema de avaliação da pós-graduação brasileira, com ênfase na multidimensionalidade e no impacto social, mencionando, ainda, os 25 anos do Portal de Periódicos, com foco nos novos acordos para impulsionar o Acesso Aberto. Por fim, discutiu a comunicação científica como ferramenta de soberania nacional e enfrentamento ao negacionismo.

Nesse momento em que as pós-graduações do país acabam de serem informadas do resultado do processo de avaliação quadrienal, as posições da Presidente da Capes ganham, ainda, mais relevância. Principalmente nesse contexto-país, marcado hoje pelos cortes brutais das verbas destinadas às universidades públicas federais, estabelecidos pelo Orçamento de 2026 aprovado pelo Congresso Nacional. Trata-se de uma situação extremamente penosa para essas instituições, que já impacta o cotidiano das pesquisas no Brasil. Um quadro que dificulta comemorar as boas notícias que chegaram com os resultados da quadrienal para a área da Comunicação e Informação, que se tornou, majoritariamente, uma área formada por Programas nota 5. Outra boa notícia foi o resultado do novo Qualis do período (2021-2024): revendo metodologia adotada na quadrienal anterior, a avaliação das nossas revistas científicas nesse quadriênio indicou o reconhecimento dos esforços de várias equipes editoriais, que atuaram em sintonia ao que destaca a presidente da Capes, isto é, contribuindo para



maior e melhor circulação do conhecimento. Nesse cenário, é muito bom assinalar nesta primeira edição de 2026 uma excelente notícia para nossos autores, revisores, editores convidados e leitores: conforme o atual Qualis, a Revista Mídia e Cotidiano saltou de B1 para o estrato A2. A mudança trouxe, para todos que se envolvem direta e indiretamente com cada edição da Mídia e Cotidiano, a certeza dos acertos realizados no período e a necessidade de agradecer, em especial, todos e todas que confiaram e confiam no processo editorial da nossa Revista. Agora, a perspectiva é a de que novas contribuições de qualidade continuem chegando neste novo ciclo.

Que essa edição seja uma boa leitura!

*Ana Paula G. Ribeiro, Izamara B. Machado
e Rachel Bertol (Ed. Seção Temática)*

*Adriana Barsotti, Ana Paula G. de Andrade,
Denise Tavares, Larissa Moraes e
Pedro H. dos Santos (Ed. da Seção Livre)*

Referências

MBEMBE, Achille. The Power of the Archive and its Limits. Em: HAMILTON, C. et al. (Eds.). **Refiguring the Archive**. Dordrecht: Springer Netherlands, 2002. p. 19–27.

AZOULAY, Ariella. **Potential History**: Unlearning Imperialism. London: Verso, 2019.

CUSICANQUI, Silvia Rivera. **Sociología de la imagen**: miradas ch'ixi desde la historia andina. Buenos Aires: Tinta Limón Ediciones, 2018.

DIDI-HUBERMAN, Georges. Quando as imagens tocam o real. **PÓS: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG**, p. 206–219, 30 nov. 2012.

POLLAK, Michel. **Memória, esquecimento e silêncio**. Estudos históricos. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.



Este é um ARTIGO publicado em acesso aberto (*Open Access*) sob a licença *Creative Commons Attribution*, que permite uso, distribuição e reprodução em qualquer meio, sem restrições, desde que o trabalho original seja corretamente citado.